



MÓDULO I

MERCOSUL: CRIAÇÃO, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

KARINA L. PASQUARIELLO MARIANO
COORDENADORA DO MÓDULO I

MARCELO PASSINI MARIANO

**2º. CURSO SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL,
GOVERNOS LOCAIS E SOCIEDADE CIVIL**
Curso à distância para gestores públicos locais de Mercocidades

SUMÁRIO

MERCOSUL: CRIAÇÃO, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS.....	3
A INTEGRAÇÃO REGIONAL: UMA ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA.....	3
OS LIMITES E OS PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO NO CONE SUL.....	14
AS POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES DO MERCOSUL.....	19
BIBLIOGRAFIA	25
QUESTÕES	26
LINKS SOBRE O MERCOSUL.....	27
SUGESTÃO DE CONSULTA	27

MERCOSUL: CRIAÇÃO, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Este primeiro Módulo analisa o desenvolvimento do processo de integração no Mercosul ressaltando quais foram as questões e as limitações em suas negociações, assim como as potencialidades e as perspectivas que se apresentam na atual conjuntura. Dentro desta lógica analítica, optamos por não realizar uma descrição histórica detalhada ao longo do texto, anexando ao final do mesmo uma bibliografia complementar contendo essas informações.

Esta narrativa começa apontando quais foram os interesses e motivações iniciais desse processo integracionista e o contexto internacional no qual se origina, indicando como estes elementos foram importantes para definir as características dessa integração durante o período de transição¹. Em seguida expomos como evoluíram as negociações do Mercosul a partir do Protocolo de Ouro Preto (1994) e quais foram os limites encontrados e os avanços obtidos. Na última parte deste Módulo, discutimos a sua situação atual apontando as diferentes perspectivas e potencialidades, especialmente para os atores governamentais subnacionais, como as cidades.

Ao final deste texto apresentamos as perguntas que serão respondidas para a avaliação.

A INTEGRAÇÃO REGIONAL: UMA ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA

Podemos dizer que o Mercosul resultou de um processo de aproximação entre Brasil e Argentina que se torna mais evidente com a democratização de seus governos em meados dos anos 1980. Esta cooperação objetivava responder a desafios presentes tanto no cenário mundial como no doméstico. No primeiro caso, visava uma melhor inserção política e econômica no sistema internacional, enquanto no outro, buscava a promoção do desenvolvimento e a superação de problemas políticos e sociais, especialmente o estabelecimento de instrumentos que garantissem a continuidade e consolidação dos processos de redemocratização.

¹ O período de transição do Mercosul foi de quatro anos, entre março de 1991 e dezembro de 1994, durante os quais os integrantes desse processo comprometeram-se em completar uma área de livre-comércio. Antes do término deste período deveria haver uma revisão da estrutura institucional, acontecida com o Protocolo de Ouro Preto (1994), preparando-se as bases do processo de construção de uma União Aduaneira a partir do início de 1995.

Após o fim da Guerra Fria, marcado pela queda do Muro de Berlim em 1989, o sistema internacional organizado em dois blocos – o capitalista e o socialista - desintegrou-se dando lugar a uma nova ordem mundial na qual os Estados Unidos tornou-se o principal ator do sistema internacional e as relações entre as nações são influenciadas pelo fenômeno da globalização². Esta mudança estimulou um aumento de importância das organizações internacionais e das iniciativas de cooperação entre os países (entre elas os processos de integração regional).

Compreender essa conjuntura internacional é importante porque os processos de integração regional não surgem apenas de vontades políticas, mas de necessidades contextuais que exigem dos atores a adoção de alternativas cooperativas. Assim sendo, o contexto é um elemento chave para compreender não somente as origens, mas também as características desses processos e seu desenvolvimento.

No caso dos países do Cone Sul, esses elementos externos são relevantes na medida em que seus governos estão preocupados em responder aos novos desafios apresentados pela globalização, ao mesmo tempo em que estão preocupados em superar sua posição de marginalização política dentro do cenário internacional, pois durante a Guerra Fria a região deixou de ser estratégica para os Estados Unidos, ainda que permanecesse como uma área de interesse e de forte influência desse país.

A situação de marginalização política dessas nações era agravada pela crise econômica da primeira metade dos anos 80. Brasil e Argentina eram países altamente endividados, com moedas desvalorizadas em um contexto externo de altas taxas de juros, com encarecimento do dólar e recessão em nível global, que viviam um processo de perda de importância no sistema internacional.

Além de problemas econômicos, como inflação descontrolada, essa crise acarretou desgastes sociais, principalmente o agravamento da pobreza e o aumento do desemprego. Tornou-se consenso na academia e nos meios de comunicação de que no plano econômico essa foi uma década perdida, uma vez que a região passou por um período de estagnação e forte recessão.

Essas tensões evidenciaram-se ainda mais quando ficou claro que a estratégia de substituição das importações aplicada durante décadas pelos países da região, para a

² A globalização é um fenômeno que gera mudanças estruturais na organização social moderna e nas relações de poder nas regiões e entre elas. Assim sendo, sua análise e entendimento não subordinam-se exclusivamente à lógica econômica ou tecnológica. Concordamos com a percepção de David Held e Anthony McGrew de que a globalização representa uma “(...) mudança ou transformação na escala da organização social que liga comunidades distantes e amplia o alcance das relações de poder nas grandes regiões e continentes do mundo” (HELD e MCGREW, 2001: 13).

promoção do desenvolvimento, mostrou-se esgotada na sua capacidade de resposta para as significativas mudanças que estavam ocorrendo no cenário internacional.

Há uma correlação entre o agravamento da crise econômica e os primeiros indícios de uma mobilização a favor de uma mudança democrática ao final dos anos 70, que abalou os regimes autoritários da região (HURRELL, 1993). Sem entrarmos em uma análise mais detalhada sobre esses processos de transição democrática no Cone Sul, podemos afirmar que as pressões externas – especialmente as geradas pela globalização – aliadas aos fatores internos promoveram e estimularam uma mudança no sentido da democratização dessas nações.

Assim, as pressões externas e a incapacidade de promover autonomamente as respostas adequadas à nova realidade podem ser entendidas como os impulsos centrais para a aproximação entre Argentina e Brasil, buscando estabelecer uma cooperação econômica.

É preciso frisar que não foram somente os interesses econômicos que facilitaram o início dessa cooperação, havia importantes elementos políticos envolvidos. Os países do Cone Sul estavam passando por um processo de redemocratização³ após vários anos de regime militar. Esta conjuntura política significou um aspecto central em toda a construção da cooperação entre esses países desde o início.

“No caso do Mercosul, é importante ressaltar que a questão democrática foi colocada desde o início como uma condição fundamental para a integração na região. Os governos mostraram-se sempre preocupados em assegurar legitimidade às negociações realizadas no interior desse processo e, com este objetivo, buscaram incorporar a ele, ao longo do tempo, diferentes representantes da sociedade. De fato, a preocupação com o caráter democrático dos países participantes do Mercosul vem se tornando um tema cada vez mais importante no âmbito da própria integração regional, basicamente porque, à medida que ela se aprofunda, seus impactos na sociedade tornam-se mais visíveis e provocam a mobilização dos interesses nela presentes” (VIGEVANI et alli, 2001: 4).

³ A Argentina foi a primeira das quatro nações do Mercosul a eleger um presidente civil (Raúl Alfonsín) em 1983, seguida pelo Uruguai em 1984 (Luis Alberto Lacalle Herrera) e pelo Brasil em 1985, com a eleição de Tancredo Neves, que não chegou a assumir a presidência, sendo substituído pelo seu vice José Sarney. O Paraguai foi o último a se democratizar. Somente em 1989, quando um golpe militar acabou com a ditadura de Alfredo Stroessner, foram convocadas as eleições, tendo Andrés Rodrigues assumido a presidência da nação.

Cabe assinalar que embora as negociações iniciadas em 1985, entre os governos de Alfonsín e Sarney visassem o fortalecimento das economias nacionais numa perspectiva desenvolvimentista, centrando sua atenção na ampliação do mercado interno e no estímulo à complementaridade entre as empresas dos dois países como fatores fundamentais para esse objetivo, a preocupação com o fortalecimento democrático esteve sempre presente e implícita.

A cooperação nesse primeiro momento foi pensada como um mecanismo de superação de problemas econômicos, políticos e sociais. A preocupação com a abertura comercial e a competitividade global surgiria mais tarde. A finalidade desses governos foi atingir progresso técnico e econômico, simultaneamente à consolidação democrática, assim como a promoção do aumento de suas capacidades competitivas dentro do mercado mundial (PEÑA, 1992).

Antes, Argentina e Brasil viam-se como possíveis concorrentes, devido a uma disputa pela preponderância política na região, resultante de longa tradição histórica e da sobrevivência de uma lógica geopolítica. Contudo, a partir do momento em que houve razoável percepção das vantagens de uma união, seus posicionamentos se alteraram, e ambos adotaram um comportamento mais cooperativo.

Essa aproximação criou desde o início uma estratégia comum de longo prazo capaz de consolidar o processo de integração no decorrer do tempo. A impossibilidade dos governos de produzir respostas isoladas para os desafios do novo contexto internacional e para as demandas de suas próprias sociedades foi um aspecto que favoreceu a integração naquele momento.

Além disso, as conjunturas nacional e internacional eram favoráveis a essa cooperação, especialmente pela possibilidade de respaldar o processo de transição democrática que na Argentina sofria ameaças reais de retrocesso. Para o Brasil, a aproximação representava a possibilidade de fortalecer, por um lado, seu papel de liderança regional e, de outro, ampliar o mercado para exportação de seus produtos. Foi dentro desse panorama que os dois governos estabeleceram a sua cooperação.

Em 30 de Novembro de 1985 foi assinada pelos presidentes Raúl Alfonsín, da Argentina, e José Sarney, do Brasil, a Declaração de Iguazu enfatizando a consolidação do processo democrático, a união de esforços na defesa conjunta dos interesses de ambos países nos foros internacionais e o aproveitamento dos recursos comuns entre eles. A integração praticamente eliminava a rivalidade existente entre os dois países,

baseada em uma disputa pela liderança regional, ao mesmo tempo em que garantiu a possibilidade de aumentar e consolidar ainda mais a influência das duas economias na região.

Para consolidar e facilitar essa cooperação os dois países optaram pelo estabelecimento de um mecanismo ou instituição internacional. A Comissão Mista era uma estrutura institucional específica, ainda que precária, para acompanhar e gerenciar a cooperação. Presidida pelos ministros das relações exteriores e integrada por representantes governamentais e empresariais, sua função era examinar e propor programas, projetos e formas de integração econômica.

Essa institucionalização foi uma forma de minimizar imprevistos ao estabelecer algumas regras e convenções determinadas em negociações. Além disso, eliminaria a necessidade de uma liderança constantemente empenhada em dar continuidade ao processo, diluindo esta responsabilidade em um grupo de representantes encarregados de negociar levando em conta os interesses nacionais.

O estabelecimento dessa estrutura institucional mínima estava ligado a uma necessidade imediata e contextualizada, mas seus efeitos para a integração foram de longo prazo porque criou mecanismos permanentes de negociação e canalização dos interesses. A integração saiu da esfera meramente diplomática, sendo incorporada em outros setores do governo federal.

A dimensão econômica desse novo relacionamento político entre Brasil e Argentina ocorreu em 29 de julho de 1986, com a assinatura da Ata de Integração, contendo o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que levou à formulação de 24 Protocolos⁴ que definiram o programa de trabalho cuja meta era propiciar as condições para a formação de um mercado comum⁵ entre as duas

⁴ Os Protocolos assinados no âmbito do PICE entre Argentina e Brasil foram: 1. Bens de Capital (Buenos Aires, 29/07/1986); 2. Trigo (Rio de Janeiro 29/07/1986); 3. Complementação de Abastecimento Alimentar (Buenos Aires, 29/07/1986); 4. Expansão do Comércio (Buenos Aires, 29/07/1986); 5. Empresas Binacionais (Buenos Aires, 29/07/1986); 6. Assuntos Financeiros (Buenos Aires, 29/07/1986); 7. Fundo de Investimentos (Buenos Aires, 29/07/1986); 8. Energia (Buenos Aires, 29/07/1986); 9. Biotecnologia (Buenos Aires, 29/07/1986)10. Estudos Econômicos (Buenos Aires, 29/07/1986)11. Informação Imediata e Assistência Recíproca em Casos de Ações Nucleares e Emergências Radiológicas (Buenos Aires, 29/07/1986)12. Cooperação Aeronáutica (Buenos Aires, 29/07/1986)13. Siderurgia (Brasília, 10/12/1986)14. Transporte Terrestre (Brasília, 10/12/1986); 15. Transporte Marítimo (Brasília, 10/12/1986); 16. Comunicações (Brasília, 10/12/1986); 17. Cooperação Nuclear (Brasília, 10/12/1986); 18. Cultura (Buenos Aires, 15/07/1987); 19. Administração Pública (Viedma, 17/07/1987); 20. Moeda (Viedma, 17/07/1987); 21 Indústria Automotiva (Brasília, 07/04/1988); 22 Indústria de Alimentação (Brasília, 07/04/1988), 23 Regional Fronteiriço (Buenos Aires, 29/11/1988); 24. Planejamento Econômico e Social (Brasília, 23/08/1989).

⁵ Seguindo a tipologia elaborada por Balassa (1980) existem quatro diferentes estágios básicos de integração: Área de Livre-Comércio com a extinção completa de tarifas alfandegárias; União

economias dentro de uma orientação baseada em quatro princípios: realismo, gradualismo, flexibilidade e equilíbrio.

A observação desses quatro princípios era o modo por meio do qual, os dois governos tentaram resguardar suas economias dos possíveis impactos negativos resultantes da abertura comercial, ao mesmo tempo em que buscavam criar as condições básicas para impulsionar o desenvolvimento por meio da cooperação, pois temiam que a liberalização comercial causaria desestabilização na produção interna e na balança de pagamentos de cada um deles.

Temia-se uma forte mobilização de oposição caso o PICE provocasse fortes impactos nas economias dos dois países, ainda que pontuais. Essa oposição ao desenvolvimento desse processo cooperativo poderia fortalecer aqueles grupos defensores de uma saída autônoma ou de uma alinhada à liderança dos EUA.

Na Declaração Conjunta Argentina-Brasil, de 30 de julho de 1986, os presidentes reiteraram sua convicção de que o avanço da integração dependeria substantivamente "da criatividade e iniciativa dos empresários de ambos países, já que eles serão em definitiva quem deverão dinamizar este mercado potencial".

O impulso inicial para a cooperação entre Argentina e do Brasil fundamenta-se, portanto, nos interesses individuais de cada um, tendo em vista maximizar os seus ganhos absolutos, mas condicionado pela garantia de um mínimo de impactos negativos, mantendo-se estes dentro de um patamar onde se poderia aplicar algum tipo de compensação.

Dentro desta ótica, o sucesso do PICE em aumentar o comércio bilateral e a cooperação, não era suficiente para garantir a continuidade do processo considerando-se que os contextos nacionais continuavam marcados por crises políticas, inflação galopante e a aproximação das eleições presidenciais, vislumbrando-se a possibilidade de que nenhum dos dois presidentes conseguisse eleger seu candidato como sucessor.

Os presidentes Alfonsín e Sarney optaram pela criação de uma estrutura permanente de negociação, a fim de consolidar os benefícios já obtidos, temendo que os novos governos não mantivessem o empenho de levar adiante a cooperação e que o pouco envolvimento empresarial fosse incapaz de lhe garantir a continuidade.

Aduaneira que é uma ampliação da zona de livre-comércio, com a eliminação de tarifas alfandegárias e outras medidas consideradas como barreiras ao comércio, e pressupõe a criação de uma tarifa externa comum entre países que dela tomam parte em relação aos demais; Mercado Comum que pressupõe tudo o que foi citado anteriormente, acrescido de uma livre circulação de bens de capital e fatores de produção, e União Econômica que compreende o anterior, acrescido de uma unificação das políticas macroeconômicas dos países.

Neste contexto e dando continuidade ao PICE, o Brasil e a Argentina assinaram em 29 de Novembro de 1988 o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento que visava, num prazo de dez anos, a formação de um espaço econômico comum, com a eliminação de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de bens e serviços, assim como uma convergência entre as políticas macroeconômicas.

Esse acordo retomou os objetivos de longo prazo do PICE: reconhecimento da necessidade de consolidar projetos de integração regional como forma de inserção internacional e verificação da melhora nas relações entre os dois países, preponderando a cooperação onde antes predominava a rivalidade e desconfiança; e incluiu a questão da harmonização de políticas.

Nessa ocasião o Uruguai já iniciara as negociações para ser incorporado ao processo de integração com Argentina e Brasil, realizando uma série de encontros que resultaram em acordos parciais de cooperação.

Os novos governos, eleitos em 1989, decidiram redefinir a agenda bilateral existente, acelerando os prazos anteriormente definidos de dez para cinco anos para a constituição da União Aduaneira. Assim, assinaram a Ata de Buenos Aires que fixou a data de 31 de dezembro de 1994, como limite para a constituição de um mercado comum entre Argentina e Brasil.

Esta aceleração do processo pode ser explicada pelo fato de a integração econômica regional ser vista pelos dois governos, Menem na Argentina e Collor de Mello no Brasil, como um instrumento que favorecia suas estratégias nacionais de liberalização econômica, de abertura comercial, de estabilização macroeconômica e de combate à inflação. Esses eram objetivos ainda imediatistas fundamentados na necessidade de dar respostas às pressões do sistema internacional. Não constituíam, portanto, interesses comuns de longo prazo, a não ser no aspecto discursivo, pois as sociedades e especialmente as elites permaneciam distantes e desinteressadas pelo processo de integração.

O Paraguai e Uruguai formalizaram então seu interesse em participar desse processo de integração regional, demonstrando que este tipo de alternativa política tornara-se atraente para os demais países da região, o que acabou mobilizando suas respectivas sociedades. Com a entrada desses novos atores, iniciou-se uma nova etapa na integração, com a assinatura do Tratado de Assunção e a criação do Mercosul, em 26 de março de 1991.

Alguns estudiosos atribuem à aceleração da integração do Mercosul o caráter de resposta dos países do Cone Sul, especialmente do Brasil, à tentativa dos EUA de consolidar sua liderança na América Latina por meio de acordos bilaterais que poucos benefícios trariam para as nações dessa região – a Iniciativa para as Américas⁶.

A diplomacia brasileira viu com grande desconforto a proposta da Iniciativa Bush, principalmente pelo entusiasmo que gerou na Argentina. Houve um esforço negociador para consolidar a cooperação no Cone Sul, explicando em parte a ampliação dos participantes, com a entrada de Uruguai e Paraguai, numa tentativa de fortalecer a integração nessa região. Apesar dos esforços para que o Chile também participasse do Mercosul, este país optou por uma saída autônoma numa negociação direta com os EUA.

A assinatura do Tratado de Assunção em março de 1991 inaugura um novo período no processo de integração no Cone Sul. Os objetivos permanecem os mesmos – o estabelecimento de um mercado comum, o Mercosul -, mas os participantes, os interesses mais imediatos e os contextos começam a mudar.

A defesa da constituição de um mercado comum estava fortemente influenciada pelo desenvolvimento do processo de integração na Europa que atingira esse patamar depois de mais de duas décadas e onde já existia uma supranacionalidade⁷ nas instituições. A noção de supranacionalidade está ligada ao pressuposto de uma tecnocracia especializada capaz de organizar as demandas de uma sociedade transnacional, de forma a transformá-la numa agenda positiva de integração regional.

Podemos pensar nessa evolução institucional marcada num primeiro momento, pela existência de instâncias intergovernamentais que aos poucos seriam substituídas por instituições comunitárias ainda controladas pelos governos, mas à medida que sua atuação se mostrasse eficaz para atender às demandas sociais, haveria uma tendência a ampliar sua importância e poder para um novo domínio (ainda que correlacionado com

⁶ A Iniciativa para as Américas era uma proposta centrada em três pontos (ALBUQUERQUE, 2001): um programa de investimentos, financiado pelos Estados Unidos, Japão e União Européia; renegociação das dívidas externas entre os governos da região; e acordos comerciais bilaterais entre Estados Unidos e os países da região que estabeleceriam uma Área de Livre Comércio (ALC).

⁷ A supranacionalidade surgiria como consequência do aprofundamento da integração. Sua existência representaria maior dificuldade para uma reversão do processo na medida em que as instituições comunitárias se desenvolvem. Quanto aos aspectos políticos, representa o momento em que a sociedade pode adquirir um espaço maior de intervenção no processo decisório da integração, e que os governos necessitam partilhar com as instituições do bloco o controle sobre o andamento das negociações.

o tema que lhe deu origem) e, conseqüentemente, a uma diminuição do controle dos Estados sobre suas decisões. Caminhariam para uma supranacionalidade.

A implantação de um mercado comum entre Estados não necessita de uma estrutura institucional supranacional. Ela pressupõe a livre circulação de bens, serviços, capital e trabalhadores mediante a eliminação de tarifas e barreiras não-alfandegárias. A questão é que para viabilizar essa livre circulação é preciso ampliar as instituições comunitárias e dotá-las com algum grau de autonomia.

No caso do Mercosul, os governos propuseram a criação de um mercado comum em prazos mais ambiciosos (dez anos) e evitando ao máximo o que chamaram de burocratização da integração. As instituições deveriam estar adequadas aos avanços concretos da interação. Em conseqüência, os países decidiram estabelecer um período de transição de quatro anos (entre março de 1991 e dezembro de 1994), comprometendo-se com estabelecer uma Tarifa Externa Comum (TEC) para terceiros países e com isso criar uma União Aduaneira que seria a base para a criação futura do Mercado Comum. Ao mesmo tempo, esse seria o prazo para definir uma estrutura institucional apropriada aos objetivos e situação do Mercosul.

O primeiro desafio a ser atingido, portanto, era promover essa redução tarifária porque este seria o eixo para todas as negociações relativas à harmonização de políticas e de mecanismos para a livre-circulação. A preocupação com a liberalização comercial foi determinante no desenvolvimento das negociações e na definição das características que o Mercosul assumiria ao longo do tempo.

Aos poucos, as preocupações e ações voltadas para a promoção do desenvolvimento cedem lugar às vinculadas com a questão da liberalização e abertura comercial, que faziam parte de uma política mais ampla de reforma do Estado dentro da lógica do modelo neoliberal. São duas as conseqüências imediatas dessa mudança de posição: baixa institucionalização e participação social limitada.

Os governos preocupados em cumprir os compromissos de redução tarifária no prazo estipulado optaram por estabelecer uma estrutura negociadora estritamente intergovernamental sem avançar no sentido de estabelecer instituições comunitárias, por considerarem que desta forma as negociações ganhariam agilidade e não ficariam engessadas em estruturas institucionais burocratizadas que poderiam ser inadequadas aos objetivos da integração.

Além disso, assumiram a estratégia de negociar primeiro tudo o que fosse fácil e tivesse consenso, deixando a negociação dos assuntos mais conflitivos para depois do

período de transição. Ao invés de facilitar a integração, essa prática resultou numa estratégia desgastante porque priorizou a informalidade como mecanismo de solução dos conflitos e criou uma resistência ao enfrentamento dos problemas que muitas vezes são pontuais.

Podemos dizer que o Cronograma de Las Leñas (1992)⁸ foi a melhor expressão dessas opções governamentais, pois encarregou-se de focar as discussões dentro da estrutura institucional do Mercosul somente nos aspectos comerciais, deixando de fora a agenda política e social e, conseqüentemente limitando os avanços institucionais. Com isso, a economia tornou-se o centro das preocupações do processo de integração que sofreu uma crescente despolitização das suas negociações.

Em conseqüência, os espaços delimitados para a participação social ficam restritos e esvaziados de importância. Durante o período de transição a atuação não-governamental ficou restrita a duas instâncias: o Subgrupo de Trabalho 11 de Relações Trabalhistas Emprego e Seguridade Social (SGT-11)⁹ e a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), ambos com caráter estritamente consultivo.

A criação do SGT-11 representou um avanço significativo na agenda integracionista porque indicava que a agenda de negociação incorporaria nas discussões uma preocupação com aspectos sociais e, ao mesmo tempo, porque estabelecia a participação direta da sociedade nas suas discussões por meio das centrais sindicais de trabalhadores e das instâncias de representação empresariais.

No entanto, mesmo no SGT-11, o cronograma de Las Leñas foi uma camisa-de-força para as negociações, pré-definindo os temas e seus prazos. A atenção dos Subgrupos de Trabalho (SGTs) concentrou-se nas discussões da TEC, deixando em segundo plano objetivos mais amplos da integração como a promoção de políticas de desenvolvimento conjuntas ou de complementaridade produtiva, ou ainda a cooperação científica e tecnológica.

No caso da CPC que é o órgão representativo dos Parlamentos nacionais no âmbito da integração, acabou restringindo sua intervenção no Mercosul durante o

⁸ No início de 1992, os negociadores constataram que os avanços nas negociações foram mais lentos que o esperado, havendo possibilidade de não conseguir cumprir o prazo de dezembro de 1994. Para solucionar esse problema, o CMC decidiu estipular um cronograma de trabalho rígido. Na reunião de Las Leñas, realizada em junho de 1992, os quatro governos definiram os temas das negociações para a formação da união aduaneira (contida dentro do Protocolo de Las Leñas), mantendo inalterado o prazo definido pelo Tratado de Assunção para o fim do período de transição, ou seja, 31 de dezembro de 1994. Isso implicou uma agenda ampla e com prazos curtos (o Cronograma de Las Leñas), o que dificultaria a própria negociação.

⁹ A partir do Protocolo de Ouro Preto esse Subgrupo passa a ser o SGT 10.

período de transição à função de acelerar os procedimentos legislativos internos correspondentes em cada Estado, para a pronta entrada em vigor das normas legais decididas pelas instâncias decisórias (o Grupo Mercado Comum – GMC – e o Conselho do Mercado Comum – CMC).

Essa limitação na participação social à esfera consultiva e com pouca influência sobre o processo decisório fez com que a integração no Cone Sul ficasse muito atrelada às vontades políticas e aos resultados imediatos, prejudicando inclusive a incorporação desse processo no cotidiano das sociedades envolvidas, com exceção das regiões de fronteira que são inicialmente as mais sensíveis ao andamento da cooperação.

As opções sobre as características e objetivos do Mercosul tomadas durante o período de transição estão expressas no Protocolo de Ouro Preto de 1994 e influenciaram profundamente os desdobramentos da integração na fase da União Aduaneira, inaugurada pelo referido Protocolo como podemos ver na próxima seção.

OS LIMITES E OS PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO NO CONE SUL

Algumas análises teóricas consideram que a integração gera a necessidade de "institucionalização". Primeiro haveria a formação de um consenso mínimo entre os participantes para aprofundar o processo; em seguida uma expansão institucional marcada por elementos de supranacionalidade, com alienação de uma parte da soberania dos governos participantes em favor de órgãos ou instâncias comunitárias. Isto tenderia a difundir as vantagens da integração, pela sociedade e pelos grupos de interesse.

O avanço da institucionalização e seu aprofundamento eliminariam o papel dos governos como intermediários na relação entre atores não-governamentais e estruturas/instituições comunitárias porque permitiria o contato direto entre a sociedade civil e os tomadores de decisão no âmbito das estruturas institucionais regionais.

À medida que as organizações produzem e transmitem as regras que guiam a interação social, acabam também estruturando o acesso ao processo político, definindo poder político e privilegiando alguns setores da sociedade mais que outros. Haveria assim um processo de mútua consolidação: quando as organizações comunitárias e as regras surgem e se consolidam, constituem a sociedade transnacional por meio do estabelecimento das bases para a interação e para influenciar a política. Ao mesmo tempo, o surgimento e consolidação dessa sociedade transnacional permitem que as organizações e as regras que estruturam os comportamentos dentro do processo de integração tornem-se mais consolidadas e "aceitas", legitimando-as (EICHENBERG e DALTON, 1998).

Porém não foi isso que aconteceu no Cone Sul. O Protocolo de Ouro Preto inaugurou a fase de União Aduaneira do Mercosul, mas de forma precária. Durante o período anterior esperava-se que ao final da transição, os membros do Cone Sul estabeleceriam uma TEC ampla, com alguns produtos ainda sendo protegidos por listas de exceções que seriam aos poucos eliminadas. Também acreditava-se numa nova etapa institucional com maior participação da sociedade e maior autonomia para as instâncias regionais em relação aos governos nacionais.

No entanto, no caso do Mercosul, o processo ainda não se desenvolveu nessa direção. Ao contrário, os elementos de supranacionalidade não foram alcançados e, até o momento, a estrutura institucional permanece atrelada à lógica intergovernamental. Mesmo após o Protocolo de Ouro Preto, a estrutura de negociação intergovernamental

foi mantida. Mesmo a TEC mostrou-se limitada e as listas de exceções muito mais amplas do que seria desejável.

Ao final do período de transição os governos reafirmaram a institucionalidade existente - ao invés de estabelecer uma nova estrutura como estava previsto -, decidiram que o Protocolo de Ouro Preto seria complementar ao Tratado de Assunção, evitando assim uma substituição ou mudanças significativas e reafirmando o caráter intergovernamental do sistema decisório.

O Protocolo de Ouro Preto pode ser entendido como um momento de ampliação dos espaços de participação, obtidos graças às fortes pressões da sociedade civil que conseguiu amenizar as resistências governamentais. Porém, não aumentou a influência desses âmbitos consultivos no processo de tomada de decisão. As instâncias de participação social permaneceram consultivas, embora nesta nova etapa a CPC tornou-se parte integrante da estrutura institucional do Mercosul, o que não ocorria antes. Outro aspecto a ser ressaltado foi a criação do Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES) enquanto um órgão para representar os setores econômicos e sociais de cada país.

A afirmação de que a nova institucionalidade apenas ampliou os espaços no Mercosul pode ser verificada pela própria agenda de negociações dessa integração a partir de 1995. Esta se dividiu em duas grandes questões: a negociação de acordos de livre comércio com outros países e regiões e a solução dos conflitos comerciais.

Houve intensificação nas negociações referentes ao estabelecimento de acordos de livre comércio com outros países, estimulada basicamente por dois fatores: a ampliação de mercados para as exportações do Mercosul e o estabelecimento de regras inibidoras de medidas arbitrárias e protecionistas por parte dos mercados importadores de produtos do Cone Sul.

Assim, os acordos estabelecidos com Chile e Bolívia, em 1996, assim como os negociados com México e Comunidade Andina, buscam facilitar o acesso de suas mercadorias e a compra em situação mais vantajosa de seus produtos. No caso da Bolívia, por exemplo, o acordo contemplou uma questão estratégica para o Brasil na área energética que foi a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia. Embora o maior impacto desta estratégia tenha sido a entrada oficial da Venezuela como membro pleno do Mercosul em 2006.

Já as negociações com países desenvolvidos visaram impedir barreiras não-tarifárias aos produtos do Mercosul. Essa foi a motivação central tanto nas negociações com a União Européia e como na ALCA. Em ambos os casos, o conflito de interesses

impediu que a negociação chegasse a resultados concretos, demonstrando que apesar de suas fragilidades, o Mercosul garantiu aos seus integrantes capacidade de resistência às pressões desses países centrais.

O outro foco da agenda do Mercosul foi a negociação dos contenciosos que aumentaram muito a partir da entrada em vigor da TEC. A implementação dessa tarifa implicou, como era previsto, no surgimento de vários conflitos devido aos impactos por ela gerados. Mas não foi só isso que estimulou o crescimento dessas disputas entre os países. A opção por deixar para depois os aspectos sobre os quais não havia consenso foi um elemento importante na intensificação dos problemas.

Em geral, os conflitos do Mercosul resultam de tentativas, de um dos países, de implantar medidas protecionistas para minimizar os efeitos negativos provocados pela integração regional ou pela abertura comercial, rompendo com isso acordos prévios e o princípio da liberalização econômica. Esta situação indica, na verdade, que esses contenciosos são consequência da falta de políticas e mecanismos compensatórios.

Devemos chamar a atenção para o fato dos países do Mercosul não terem adotado os tradicionais instrumentos para amenizar eventuais efeitos adversos gerados pelo processo de integração como os programas de reconversão ou modernização dos setores produtivos em condições desfavoráveis, os programas de recapitação da mão-de-obra ou os programas de assistência para competição externa.

As resistências governamentais nesse sentido foram justificadas pelo argumento de que o Mercosul encontra-se ainda no estágio de uma união aduaneira imperfeita e a adoção dessas medidas implicaria numa ampliação institucional e custos para os participantes não condizentes com a evolução do processo. Essa justificativa reforça a preocupação em manter a negociação no Cone Sul numa lógica estritamente intergovernamental.

Embora o argumento de compatibilizar as instituições ao avanço concreto do processo de integração seja válido, é preciso ressaltar que representa um entrave para a ampliação da participação, para o seu aprofundamento e, até mesmo, para a implementação das decisões. A lógica intergovernamental pressupõe que as decisões tomadas no bloco sejam internalizadas por cada país de acordo com a legislação vigente. Isso significa que muitas vezes a ratificação e implementação dessas decisões é retardada pela tramitação interna, especialmente nos Congressos Nacionais.

Assim sendo, à medida que a integração avançou, percebe-se a consolidação de uma estrutura de poder decisório concentrada em alguns setores dos governos que

tradicionalmente influenciam a formulação das políticas externas desses países, enquanto os demais órgãos e setores sociais participaram de forma marginal e exercendo o papel de consultores com direito, em alguns casos, a fazer recomendações.

A concentração das decisões no Conselho e no GMC propiciou algumas vantagens, assim como gerou certos inconvenientes, pois acaba ampliando os efeitos das crises comerciais, dando-lhes uma amplitude política que em princípio não existiria. Se os conflitos comerciais fossem administrados de uma forma mais técnica, essa politização dos problemas diminuiria e facilitaria o aprofundamento das negociações.

Para que isso ocorresse, seria preciso aplicar mais os mecanismos de solução de controvérsias criados, o que não aconteceu no Mercosul. O Protocolo de Brasília (de 1991) foi utilizado o mínimo possível porque no entendimento governamental deveria se priorizar a opção de solução dos conflitos pela via diplomática. Isto dificultou a institucionalização desse tipo de instrumento para a solução de conflitos e a criação de uma jurisprudência específica.

Até o momento, os efeitos concretos do Protocolo de Olivos (de 2002) sobre os conflitos são limitados porque apesar de substituí o Protocolo de Brasília e criar o Tribunal Permanente de Revisão¹⁰, ainda não conseguiu reverter essa tendência de politizar as questões técnicas e tratá-las por meio de negociações diplomáticas informais.

Portanto, a falta de uma burocracia técnica específica para lidar com as controvérsias presentes no cotidiano de qualquer processo de integração faz com que esses conflitos pontuais travem toda a agenda de negociação do Mercosul, impedindo tanto a sua ampliação como o estabelecimento de uma dinâmica mais positiva.

Nessa situação, o que transparece para a opinião pública é que o Mercosul chegou ao seu limite. Os contenciosos alardeados pela imprensa passam a sensação de que o processo gera mais problemas do que benefícios para os participantes, a falta de transparência no processo decisório aumenta a desconfiança e as resistências, finalmente, a dinamização da integração permanece muito ligada à vontade política dos governantes.

Desde o final dos anos 90 a vontade política dos governantes em relação ao Mercosul variou de acordo com os contextos internos marcados por crises políticas e econômicas que dificultam a convergência de interesses entre os países participantes. A

¹⁰ Este tribunal foi criado em 2002, mas somente entrou em vigor em agosto de 2004.

incapacidade de evidenciar as vantagens da integração e os conflitos que barram as negociações e os possíveis avanços faz com que a opinião pública se mostre cada vez mais desconfiada e descontente.

Ao mesmo tempo, os governos tentam superar essa situação reforçando seu compromisso com o processo de integração no Cone Sul, com medidas adotadas durante as Cúpulas para relançar o Mercosul – como a discussão sobre a adoção de uma moeda comum ou a criação do Parlamento do Mercosul – e com a ampliação da participação da sociedade.

Essas medidas são necessárias, mas não suficientes. É preciso superar as amarras que impedem que o processo de integração do Mercosul ganhe uma dinâmica própria independente das vontades políticas dos governantes. É sobre isso que discutiremos na última parte deste trabalho.

AS POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES DO MERCOSUL

Apesar das dificuldades e problemas apontados anteriormente, o Mercosul não é um processo de integração mal sucedido ou agonizante como alguns críticos afirmam. Os conflitos no Mercosul são conseqüências da falta de preocupação com os problemas gerados pelo próprio processo de integração. A ausência de mecanismos compensatórios estimula reações protecionistas que buscam minimizar os efeitos negativos provocados, rompendo com isso compromissos assumidos e desestabilizando as relações políticas entre os participantes desse processo.

Outro ponto que deve ser ressaltado é a manipulação política do Mercosul como um elemento que intensifica as tensões. O final do governo Menem, por exemplo, foi marcado pelo uso do tema da integração no Cone Sul de acordo com os interesses da campanha presidencial argentina. Algumas vezes os governantes cedem à tentação de atribuir a culpa de alguns problemas sociais e econômicos ao bloco e com isso, colaboram com uma imagem negativa do mesmo na opinião pública.

Em 2000 houve expectativa de modificação na situação do Mercosul, no sentido de superar essa etapa de negociações voltadas para a solução de conflitos. Os governos apostaram no "Relançamento do Mercosul", especialmente porque consideravam que a saída do presidente Menem amenizaria as tensões.

Essa percepção mais otimista sobre um novo impulso para a integração era reforçada pelo presidente argentino, Fernando De La Rúa, que manifestou desde o início sua intenção de fortalecer a integração e encontrar consensos para as controvérsias. No entanto, a crise política gerada pela sua renúncia levantou novas dúvidas sobre o futuro desse processo.

O cenário regional indicava que diferentemente do que ocorrera quinze anos antes - quando a conjuntura propiciou uma convergência de interesses e percepções sobre as alternativas estratégicas para esses países, favorecendo o processo de integração -, haveria no Cone Sul uma lógica centrífuga que estaria cada vez mais impossibilitando o estabelecimento de consensos.

A partir de 2002, essa percepção começa a se alterar principalmente devido às mudanças governamentais resultantes de eleições presidenciais. Isto porque desde uma perspectiva política percebe-se uma nova convergência entre os integrantes do processo, o que não ocorria desde o período de transição. Novamente os governos reforçam em

seus discursos os compromissos com o aprofundamento da integração e com sua consolidação.

O problema reside, portanto, em conseguir transformar essa vontade política favorável à integração em uma agenda concreta e em ações capazes de superar os entraves vivenciados. Deve-se perceber que os conflitos comerciais não são as causas das dificuldades em aprofundar o Mercosul, mas conseqüências de suas limitações institucionais.

As divergências são positivas para o processo porque estimulam a criação e adequação dos mecanismos de negociação e de acomodação dos interesses. Além disso, as disputas dentro do Mercosul estimulam os debates sobre o tema dentro da mídia e da própria sociedade, permitindo que esta o perceba como algo que pode afetar seu cotidiano.

O problema com as disputas é quando levam à total paralisação do processo ou ao desinteresse por parte dos governos envolvidos. No Mercosul não houve uma paralisação total e as negociações nunca foram totalmente suspensas. Quanto ao desinteresse, pode ser encontrado em alguns membros do governo federal, mas não é uma alternativa do conjunto e nem chega a ser a preferência de um grupo majoritário porque os custos dessa opção seriam muito altos e os benefícios incertos.

O grande desafio, portanto, é conseguir realizar esse aprofundamento da integração, encontrando soluções para as instabilidades que atacam seus governos e para os problemas sociais que ganham espaço crescente nas agendas nacionais.

Algumas mudanças serão necessárias para dar sustentabilidade ao Mercosul, enquanto outras favorecerão seu aprofundamento. No entanto, alguns problemas permanecem e são fatores de forte desequilíbrio para a integração. A preocupação com sua superação, em boa medida, vem sendo o eixo das estratégias políticas de longo prazo elaboradas pelos governos.

Em 2004, os governos apontaram o caminho para enfrentar esse problema ao indicarem a necessidade de revisar as instituições do bloco e seu funcionamento, na XXVII Reunião do CMC que ficou conhecida como Ouro Preto II (em dezembro desse ano). Mais uma vez, contudo, a conjuntura política desfavorável não permitiu o estabelecimento dos consensos necessários para garantir um avanço significativo na superação das limitações vividas hoje pela integração no Mercosul.

Ainda assim, alguns resultados concretos são importantes indícios de que há espaço e potencialidade para continuar aprofundando e consolidar a integração. Em

primeiro lugar temos a discussão em torno da criação de um Parlamento regional, embora essa proposta possa ser fortemente criticada, ela aponta para um elemento importante: a abertura da agenda negociadora para questões que vão além dos acordos comerciais.

A discussão sobre o aprofundamento e consolidação do processo de integração ganha novo fôlego especialmente com a entrada da Venezuela como membro pleno do Mercosul, pois este fato terá implicações importantes na própria estrutura institucional desse processo. Em julho de 2006, durante a XXX Reunião de Cúpula do Mercosul, a Venezuela foi formalmente reconhecida como membro pleno desse processo. Até então participava como associada, como é o caso de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, tomando parte das reuniões e negociações, mas sem direito a voto nas questões econômicas e tampouco sem poder opinar em questões políticas ou institucionais.

A ampliação no número de países com poder decisório no Mercosul influenciará toda a discussão sobre o futuro das instituições do bloco, porque amplia o desafio de aprofundar ao mesmo tempo em que se compromete a incorporar de fato este novo ator. Num primeiro momento, essa incorporação parece reforçar os compromissos integracionistas - especialmente porque o presidente Hugo Chávez é um declarado entusiasta e defensor de uma integração aos moldes bolivarianos – e a cooperação voltada para o desenvolvimento regional, englobando desde investimentos específicos até os grandes projetos de infra-estrutura.

No entanto, ainda não está claro como essa ampliação contribuirá para intensificar as reformas institucionais e a participação da sociedade no processo. A entrada da Venezuela poderia contribuir para que as discussões se encaminhem no sentido de fortalecer a perspectiva de criar instâncias comunitárias e com isso mudar o atual padrão de evolução do Mercosul. Mas este cenário ainda não está claramente colocado.

Outro ponto importante é o início das discussões para a criação do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do Mercosul)¹¹ que é um indicador da disposição governamental em aceitar negociar e implementar políticas compensatórias dentro do processo de integração no Cone Sul. Acreditamos

¹¹ Este Fundo foi criado em junho de 2005, durante a XXVIII Reunião de Cúpula do Mercosul e representa a primeira tentativa do bloco de superar as assimetrias econômicas entre seus membros, favorecendo fundamentalmente os menos desenvolvidos: Paraguai e Uruguai que devem receber entre 60% e 70% deste fundo. Seu funcionamento está previsto para o final de 2006.

que a consolidação e o aprofundamento do Mercosul ocorrerão quando este conseguir ultrapassar os limites meramente comerciais e avançar no sentido político e social.

Podemos resumir esta idéia dizendo que a integração que começa pelo plano comercial, tende a consolidar-se quando passa a incorporar as esferas políticas e sociais porque necessita criar um sentimento de confiança nos grupos de interesse relevantes da sociedade. Estes precisam acreditar que o Mercosul gerará mais benefícios do que custos, ainda que num primeiro momento ele seja desvantajoso. Para isso, esses atores precisam identificar nas propostas dos governos instrumentos que lhes garantam esse cenário futuro positivo.

Quando os interesses dos países que iniciam um processo de cooperação centram-se exclusivamente nos aspectos comerciais há a possibilidade de um acirramento do protecionismo de grupos importantes da sociedade quando não conseguem vislumbrar benefícios com a integração.

Portanto, a redução de tarifas e de barreiras não-comerciais entre os Estados envolvidos não são elementos suficientes para gerar essa confiança. Ao contrário, são fatores que isoladamente podem gerar zonas de exclusão dentro do processo de integração e, conseqüentemente, maior desconfiança.

Para evitar isso, o processo de integração deveria avançar para a fase política caracterizada por certo grau de concertação política, pela criação de canais de participação que garantam aos principais grupos de interesse da sociedade a possibilidade de intervir e influenciar nas negociações, pelo estabelecimento dos mecanismos de negociação, assim como pela formação de uma agenda ou estratégia de negociadora que ultrapasse os assuntos meramente comerciais.

Isto é, nesta fase seriam criados também os principais mecanismos de amenização dos impactos que, em torno destes, diversos setores acabarão se posicionando, tanto favorável como contrariamente. A existência destes mecanismos pode resultar na definição das posições dos atores em relação à integração e as perspectivas positivas podem ser construídas. Paralelamente, devem ser pensadas políticas propositivas que permitam o surgimento de novos benefícios e ganhos reais.

Podemos dizer que os mecanismos de amenização dos impactos envolvem basicamente três momentos:

- em primeiro lugar, o estabelecimento de mecanismos de solução de controvérsias que são as regras que regem o relacionamento comercial e definem os instrumentos adequados para resolver os conflitos. Esta medida é fundamental para

garantir que a pauta de negociação dos governos não se sobrecarregue com as disputas que naturalmente surgem neste tipo de relacionamento. É importante agregar que uma jurisdição própria do processo de integração pode ser construída a partir deste ponto;

- em seguida, a formulação de políticas compensatórias que visam minimizar a exclusão e evitar que os descontentamentos gerados pelos grupos negativamente afetados pelo processo de integração sejam capazes de paralisar o processo ou de criar um consenso negativo em relação a ele;

- finalmente, a última etapa desses mecanismos seria o estabelecimento de políticas de investimento. É neste momento que a integração assume de fato o seu papel de promotora do desenvolvimento. As trocas comerciais são importantes, mas insuficientes para gerar desenvolvimento, pois isto requer uma estratégia e mecanismos específicos.

Isto reforça a idéia de que a integração não pode ser considerada somente como fazendo parte da política externa dos países envolvidos, pois ela possui tanto componentes domésticos como externos. Na verdade, a integração acaba dissolvendo a fronteira entre o interno e o internacional, facilitando a emergência de forças transnacionais.

É justamente neste aspecto que a reunião de 2004 apontou para um novo avanço ao substituir a REMI (Reunião Especializada de Municípios e Intendências) pelo Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FFCR). Essa mudança evidencia as pressões que esses grupos transnacionais estão exercendo sobre a atual estrutura institucional do Mercosul. Podemos afirmar que as alterações assinaladas resultaram em boa medida das demandas crescentes feitas por esses atores transnacionais que englobam tanto a sociedade civil como os governos subnacionais, como no caso da Rede de Mercocidades.

Devemos reconhecer que a integração somente avança na medida em que consegue incorporar em seus espaços institucionais novos atores (ampliando a participação e possivelmente a base de apoio ao processo) e cria canais adequados para a comunicação (entendida aqui como fluxo de informação e circulação de bens de produção). Ou seja, conforme esse processo se democratiza.

A idéia de democratização do processo de integração não significa o estabelecimento de regras para a escolha dos representantes da sociedade – ainda que isto possa ocorrer com o passar do tempo -, mas a criação de mecanismos que permitem

a efetiva representação dos interesses dos grupos organizados dentro do processo decisório das instituições comunitárias.

O conceito de democracia assume aqui uma face de inclusão porque é preciso garantir uma massificação dos benefícios e minimização dos impactos negativos como forma de viabilizar a transferência de expectativas do plano nacional para o regional, que por sua vez pressupõe uma percepção positiva em relação à integração.

A integração influencia a dinâmica interna dos seus integrantes, ao mesmo tempo em que é influenciada por ela. Portanto, é um processo dinâmico que apresenta momentos tanto de aceleração e aprofundamento, quanto de estagnação e retrocesso. A pressão destes atores externos às instâncias decisórias pode ser fundamental para resgatar no Mercosul os seus objetivos iniciais - desenvolvimento, consolidação democrática e superação do déficit social – assim como para impulsionar uma agenda de negociação mais ampla que se perdeu em favor da integração econômica e das limitações institucionais criadas pelas burocracias governamentais.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. “A Alca na política externa brasileira” in *Politica Externa*, vol. 10, n. 2. São Paulo: Paz e Terra/GACINT – USP/IEEI-USP, 2001. (p. 07 – 20)
- ATA PARA A INTEGRAÇÃO ARGENTINO-BRASILEIRA, 29/07/1986.
- BALASSA, Bela. *Teoria de la integración económica*. Ciudad de México: Hispano Americano, 1980.
- EICHENBERG, Richard C. e DALTON, Russel J. “Europeans and the European community: the dynamics of public support for European integration” *International Organization*, vol. 47, n^o 4. Cambridge: MIT Press, 1993.
- HELD, David e MCGREW, Anthony. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- HURRELL, Andrew. “O apoio externo à democratização e a ordem internacional” in SOLA, Lourdes (org.). *Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. (p. 68 – 96)
- PEÑA, Félix. “Pré-requisitos políticos e econômicos da integração” *Política Externa*, vol. 1, n^o 2. São Paulo: Paz e Terra/Programa de Política Internacional e Comparada – USP, 1992.
- PROTOCOLO DE OURO PRETO, 17/12/1994.
<http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/novo/protadic.htm>
- TRATADO DE ASSUNÇÃO, 26/03/1991.
http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/novo/tratado_de_assuncao.htm
- TRATADO DE INTEGRAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ARGENTINA, 29/11/1988.
http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/novo/trat_deintegracao.htm
- VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Karina L. Pasquariello e OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. *Mercosul: a emergência de uma nova sociedade*. São Paulo: CEDEC, Relatório Final de pesquisa apresentado ao CNPq, 2001.

QUESTÕES

(Responder todas as questões e enviá-las até o dia 08 de setembro de 2006 para o endereço eletrônico: mercocidades@santoandre.sp.gov.br)

1. Descreva quais foram as principais motivações para o início do processo de integração no Mercosul?
2. Podemos afirmar que o Mercosul tem sido um processo de integração regional onde os assuntos comerciais predominam? Justifique.
3. Dê sua opinião sobre quais seriam os principais problemas do bloco?
4. Descreva alguns dos aspectos positivos do bloco e como estes podem influenciar no avanço da integração entre os países participantes?

Links sobre o Mercosul:

Site Oficial do Mercosul

www.mercosur.int

Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe (INTAL)

<http://www.iadb.org/intal>

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)

<http://www.eclac.org/>

Divisão de Comércio Internacional e Integração (CEPAL)

<http://www.eclac.org/comercio/>

CEFIR (Centro de Formación para la Integración Regional)

<http://www.eclac.org/comercio/>

Encontro com o Mercosul

www.encontromercosul.com.br

Sugestão de Consulta:

A Sociedade Civil no Mercosul – Guia de Atores (português e espanhol)

<http://www.encontromercosul.com.br/downloads/guiadeatores.mercosursocialsolidario.pdf>

Cartilha do Mercosul (Português)

http://www.encontromercosul.com.br/downloads/Cartilha_Mercosul.pdf

Cartilha do Mercosul (Espanhol)

http://www.encontromercosul.com.br/downloads/cartilha_somos_mercosul_espanhol.pdf

Informe MERCOSUR (Português e Espanhol)

<http://www.iadb.org/intal>